



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO EDITAL N. 001/2022

CARGO: ADVOGADO

INSTRUÇÕES

- 1- O **Caderno de Questões** contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (A, B, C, D, E), sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos, e uma **Folha Intermediária de Respostas**.
 - 2- Ao receber o material, confira no **Cartão de Respostas**, seu nome, número de inscrição, data de nascimento, RG e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
 - 3- A prova objetiva terá **duração de 3 (três) horas**, incluído, neste tempo, o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
 - 4- Leia atentamente cada questão e assinale, no **Cartão de Respostas**, a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
 - 5- Utilize a **Folha Intermediária de Respostas** para registrar somente as alternativas escolhidas. É proibido fazer qualquer outro tipo de anotação. Essa folha ficará em seu poder para conferência com o gabarito a ser publicado.
 - 6- Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, bem como emendadas ou rasuradas.
 - 7- O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
 - 8- Você poderá se retirar, definitivamente, da sala de realização da prova após transcorridos 1 hora contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões e o Cartão-Resposta**.
 - 9- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e afins no **Caderno de Questões**.
 - 10- Após se identificar e se instalar na sala, você não poderá consultar qualquer material enquanto aguarda o horário de início da prova.
 - 11- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último deles entregue o **Cartão de Respostas**.
 - 12- Assine no local indicado no **Cartão-Resposta e no Caderno de Questões**.
 - 13- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas e Caderno de Questões**.
- Não se esqueça de pegar seus pertences acondicionados em sala.

Camboriú, 04 de setembro de 2022.

BOA PROVA

Realização:



Nº de Inscrição:

Nome do candidato:

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Recursos marinhos não renováveis: vão durar?

Estanho, titânio, cascalho, calcário, enxofre, carvão e petróleo são exemplos de minerais utilizados amplamente pela sociedade atual. Estão na base das mais avançadas tecnologias que facilitam nossas vidas, mas, cabe lembrar, são recursos não renováveis. Sua exploração segue desenfreada, inclusive no ambiente marinho.

O oceano tem diferentes ecossistemas, cada um deles com variados e abundantes recursos, e os minerais marcam forte presença. Nas águas mais rasas da zona costeira e da plataforma continental, os principais são o cascalho e a areia - esta é muito utilizada para produção de cimento ou vidro e aquele, útil na produção de cosméticos, fertilizantes e cimentos. Em regiões costeiras também há os ditos minerais pesados, como ilmenita, rutilo, zircão, monazita e magnetita, todos importantes para a produção de pigmentos e de ligas metálicas.

Há também os evaporitos, um tipo de rocha sedimentar formada em ambientes marinhos com pouca influência de sedimentos de origem continental. Entre os evaporitos, estão a halita, utilizada como sal de cozinha e fonte de cloro e derivados; a silvita, principal fonte de potássio para a produção de fertilizantes e fogos de artifício; a gipsita, matéria-prima para a fabricação de gesso; além da calcita, da anidrita e da dolomita, presentes na fabricação de cal para argamassa. Outro tipo de rocha sedimentar formada no ambiente marinho em grandes profundidades (maiores que mil metros) é a fosforita, bastante usada na produção de fertilizantes.

Formados ao longo de milhões de anos a partir da matéria orgânica de seres vivos, os depósitos de carvão mineral, gás natural e petróleo são importantes fontes de energia para a sociedade. O petróleo, além de ser a principal matriz energética na atualidade, também é usado na fabricação de tecidos, plásticos, detergentes, entre outros produtos.

Há, ainda, um composto energético marinho, talvez mais abundante do que todo o petróleo e o carvão: os hidratos de gás. São sólidos cristalinos semelhantes ao gelo, presentes em todas as margens oceânicas abaixo dos 500 metros de profundidade. Com uma estrutura que aprisiona gases, principalmente o metano, eles têm alto potencial energético a ser explorado.

Em diferentes profundidades do oceano, encontram-se também outros minerais: os nódulos polimetálicos, as crostas cobaltíferas e os sulfetos metálicos. Os nódulos, que contêm ferro e manganês, estão localizados sobre o sedimento marinho entre 4 mil e 5 mil metros de profundidade. Os sulfetos metálicos, ricos em ferro e cobre, são encontrados em zonas relacionadas ao vulcanismo e à expansão das placas tectônicas, a

aproximadamente 3 mil metros de profundidade. As crostas cobaltíferas, ricas em cobalto, são formadas sobre estruturas rochosas em regiões entre 400 metros e 4 mil metros de profundidade.

O olhar sobre esses minerais é estratégico, uma vez que são ricos em elementos usados na construção de painéis solares, celulares, lâmpadas, ligas metálicas, vidro, lentes dos óculos, cabos de transmissão de dados, entre outros.

A obtenção desses e de outros recursos minerais do oceano apresenta desafios ambientais e tecnológicos complexos, mas que certamente não são insuperáveis. Acontece que, se nesse movimento pela exploração, a ganância pelo lucro prescindir do bem maior que é o meio ambiente, pode-se considerar o comprometimento das gerações atuais e futuras.

A diversidade biológica também é enorme nos fundos marinhos - grande parte ainda desconhecida -, e pode ser afetada de forma irreversível se os cuidados necessários não forem tomados. A obtenção desses recursos deve considerar os grandes custos envolvidos e ser feita para gerar e compartilhar prosperidade, sem inviabilizar a natureza.

Há quem se pergunte como contribuir para que a exploração não ocorra desnecessariamente e de modo predatório. Já é de grande valia uma atitude individual que considere o consumo de forma consciente e, melhor ainda, seria se, coletivamente, houvesse mais pressão para que as empresas desenvolvam produtos com maior eficiência e durabilidade, demandando menos recursos e reciclando materiais.

Retirado e adaptado de: TOLEDO, Felipe.; BIAZON, Tássia. Recursos marinhos não renováveis: vão durar? Ciência Hoje. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/recursos-marinhos-nao-renovaveis-vaio-durar/> Acesso em 2 ago., 2022.

Questão 01

Assinale a alternativa que apresenta a função de linguagem predominante no texto Recursos marinhos não renováveis: vão durar?

- (A) Função metalinguística.
- (B) Função poética.
- (C) Função expressiva.
- (D) Função conativa.
- (E) Função fática.

Questão 02

Analise a estrutura do texto Recursos marinhos não renováveis: vão durar? Em seguida, considere as afirmações a seguir:

I-O texto é aberto por uma série de informações a respeito de bens e utensílios que são criados a partir de recursos marinhos.

II-Em uma segunda parte do texto, são focalizados, especificamente, combustíveis de origem mineral.

III-A última parte do texto retoma a importância de todos os elementos indicados anteriormente e argumenta em favor de seu uso, afirmando que o uso individual consciente é o bastante para que os recursos durem mais tempo.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

Questão 03

Associe a segunda coluna, de acordo com a primeira, que relaciona funções da pontuação com seus exemplos retirados do texto Recursos marinhos não renováveis: vão durar?:

Primeira coluna: função da pontuação

- (1) Sequência de elementos
- (2) Isolamento de adjunto adverbial
- (3) Aposto

Segunda coluna: excerto do texto

(_)Os sulfetos metálicos, ricos em ferro e cobre, são encontrados em zonas relacionadas ao vulcanismo e à expansão das placas tectônicas.

(_)Em diferentes profundidades do oceano, encontram-se também outros minerais.

(_)Estanho, titânio, cascalho, calcário, enxofre, carvão e petróleo são exemplos de minerais utilizados amplamente pela sociedade atual.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 2 - 3 - 1
- (B) 1 - 3 - 2
- (C) 3 - 1 - 2
- (D) 2 - 1 - 3
- (E) 3 - 2 - 1

Questão 04

Sobre as relações de sentido construídas no texto Recursos marinhos não renováveis: vão durar?, analise as afirmações a seguir:

I-No trecho "O olhar sobre esses minerais é estratégico, uma vez que são ricos em elementos usados na construção de painéis solares, celulares, lâmpadas, ligas metálicas, vidro, lentes dos óculos, cabos de transmissão de dados, entre outros", a expressão "uma vez que" dá a ideia de explicação.

II-Na sentença "A obtenção desses e de outros recursos minerais do oceano apresenta desafios ambientais e tecnológicos complexos, mas que certamente não são insuperáveis", a conjunção "mas" apresenta a ideia de adição.

III-No excerto "Já é de grande valia uma atitude individual que considere o consumo de forma consciente e, melhor ainda, seria se, coletivamente, houvesse mais pressão para que as empresas desenvolvam produtos com maior eficiência e durabilidade, demandando menos recursos e reciclando materiais", o "se" dá a ideia de concessão.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 05

Considerando que as grafias das palavras têm relação, também, com a sua significação, analise as sentenças a seguir. Assinale a alternativa que apresenta a correta grafia das palavras de acordo com o contexto em que estão inseridas:

- (A) Esta pesquisa foi realizada, a fim de que novas fontes de energia fossem encontradas.
- (B) As pessoas têm procurado por novas fontes de energia, mais o petróleo ainda desempenha um papel fundamental em nossa sociedade.
- (C) A seção de cinema na escola de hoje apresentará um documentário a respeito dos recursos marinhos.
- (D) Os pesquisadores de recursos marinhos têm um acento cativo nas conferências de meio ambiente.
- (E) Existem inúmeras campanhas que conscientizam as pessoas, afim de que alterem seus hábitos de consumo.

Questão 06

Assinale a alternativa que apresenta correção no emprego do acento grave (crase):

- (A) Evaporitos são rochas sedimentares formadas em ambientes de sedimentação com baixo aporte de sedimentos terrígenos e submetidos ao clima seco. À intensa evaporação da água do mar nessas regiões concentra os sais em solução, este por sua vez, precipitam ao atingirem o seu ponto de saturação formando os depósitos evaporíticos.
- (B) O ecossistema único e incomparável dos fundos marinhos atrai à atenção de pesquisadores de todo o mundo pelo potencial econômico dos ricos recursos minerais ali presentes - capaz de auxiliar no desenvolvimento econômico e científico dos países - e pela incerteza quanto aos impactos ambientais possivelmente ocasionados à partir da exploração de tais recursos.
- (C) Os prazeres de minerais pesados, encontrados principalmente ao longo dos cordões litorâneos, são acumulações sedimentares formadas pela concentração de minerais densos devido à retrabalhamento dos sedimentos das praias pela ação das ondas e das correntes costeiras.
- (D) O petróleo e o gás natural são as principais fontes de energia utilizadas pelos países industrializados e em desenvolvimento. Esses recursos minerais são, respectivamente, misturas complexas de hidrocarbonetos e outros compostos orgânicos originados à partir de transformações termoquímicas da matéria orgânica produzida por organismos marinhos e continentais.
- (E) As três últimas décadas do século XX foram marcadas por uma intensa atividade relacionada à exploração dos recursos minerais localizados no leito dos oceanos além das jurisdições nacionais.

Questão 07

A partir da leitura do texto Recursos marinhos não renováveis: vão durar?, analise as afirmações a seguir. Marque V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(_)Existem variados minerais presentes em distintos ecossistemas marinhos. Esses minerais apresentam diversos usos e funções.

(_)Os hidratos de gás são tão abundantes quanto o carvão e o petróleo e já são amplamente explorados em diversas atividades.

(_)Diferentes minerais são encontrados em distintas profundidades do oceano.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) V - V - V
- (B) V - F - F
- (C) V - F - V
- (D) F - V - V
- (E) F - V - F

Questão 08

Assinale a alternativa que apresenta correção na colocação pronominal:

- (A) Muitas pesquisas já foram empreendidas na área da energia renováveis. Algumas foram-lhes apresentadas na última reunião.
- (B) Embora se invista em pesquisas a respeito de fontes renováveis de energia, o petróleo ainda é amplamente explorado.
- (C) Às vezes pego-me refletindo a respeito dos caminhos aos quais a ambição humana vai nos levar.
- (D) Me surpreende que ainda façamos uso de fontes não renováveis de energia, quando há tantas outras disponíveis.
- (E) Nunca disseram-lhe quais as outras alternativas para um consumo consciente das fontes não renováveis.

Questão 09

Associe a segunda coluna, de acordo com a primeira, que relaciona palavras do texto Recursos marinhos não renováveis: vão durar? aos seus respectivos antônimos:

Primeira coluna: palavras do texto

- (1) estratégico
- (2) predatório
- (3) consciente
- (4) ganância

Segunda coluna: antônimos

- (_)cuidadoso
- (_)aleatório
- (_)desambição
- (_)imprudente

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 1 - 2 - 3 - 4
- (B) 2 - 4 - 3 - 1
- (C) 2 - 1 - 4 - 3
- (D) 3 - 4 - 1 - 2
- (E) 4 - 2 - 1 - 3

Questão 10

Associe a segunda coluna, de acordo com a primeira, que relaciona valores semânticos com seus respectivos exemplos:

Primeira coluna: valor semântico

- (1) Condicional
- (2) Temporal
- (3) Causal
- (4) Final

Segunda coluna: exemplo

(_) São necessárias muitas pesquisas, **para que** novas fontes de energia sejam encontradas.

(_) Os recursos marinhos serão extinguidos **se** não pensarmos em uma alternativa.

(_) Talvez seja tarde **quando** as pessoas se darem conta da necessidade de mudar de hábitos de consumo.

(_) **Como** outras alternativas são mais caras, seguimos usando combustíveis fósseis.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 4 - 1 - 2 - 3
- (B) 4 - 3 - 1 - 2
- (C) 2 - 3 - 1 - 4
- (D) 1 - 4 - 3 - 2
- (E) 3 - 2 - 4 - 1

Conhecimentos Gerais e Legislação

Questão 11

Os debates sobre a eleição para presidente neste ano de 2022 estão concentrados nas argumentações sobre dois candidatos, isso porque a maior parte da população segue uma das duas principais correntes ideológicas em destaque e defende suas ideias como verdade absoluta. Esse processo é chamado de:

- (A) Politização.
- (B) Democratização.
- (C) Autoritarismo.
- (D) Divisão.
- (E) Polarização.

Questão 12

A Lei Complementar n.º 39/2012, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Camboriú, diz que o servidor efetivo e estável, designado para integrar comissão de sindicância e de processo administrativo disciplinar, perceberá gratificação mensal equivalente a 5% (cinco por cento) do seu vencimento e determina que a gratificação prevista no caput do artigo será devida:

- (A) Durante a vigência da designação para a atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, com incidência de contribuição previdenciária.
- (B) Durante a vigência da designação para a atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, bem como não incidindo qualquer contribuição previdenciária.
- (C) Por até dois anos, após o fim do período de vigência da designação para a atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, e incidindo contribuição previdenciária no período posterior à sua vigência.
- (D) Por até um ano, após o fim do período de vigência da designação para a atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, bem como não incidindo qualquer contribuição previdenciária.
- (E) Para além do período de vigência da designação para a atividade, sendo incorporada ao vencimento do servidor, com incidência de contribuição previdenciária.

Questão 13

"O processo de urbanização no Brasil ocorreu, principalmente, a partir da década de 1950, quando se intensificou a industrialização no país. As atividades industriais se expandiram, atraindo cada vez mais pessoas para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida. No entanto, a urbanização acelerada, sem um devido planejamento, tem como consequência vários problemas de ordem social e ambiental."

Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/>

aula-sobre-os-problemas-urbanos.htm#:~:text=Nas%20grandes%20cidade

s%20s%C3%A3o%20comuns%20%C2%20desigualdade%20social%20e

ntre%20outros.

Ao encontro disso, com a disseminação do coronavírus, foi possível identificar consequências desse processo de urbanização desordenado no Brasil, que além de expor os habitantes das regiões de maior vulnerabilidade a outros tipos de doenças, ainda os tornou mais suscetíveis à covid-19. Nos itens a seguir, citamos algumas dessas consequências:

I - Falta de saneamento básico.

II - Falta de água encanada.

III - Desemprego.

IV - Residências com número excessivo de moradores.

V - Desmatamento.

Correspondem a problemas que deixam a população suscetível à disseminação de doenças, os itens:

(A) I, II, III, IV e V.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, III e V, apenas.

(E) III e V, apenas.

Questão 14

De acordo com a Lei Complementar n.º 39/2012, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Camboriú, uma das possibilidades para que o servidor público estável perca o cargo é:

- (A) Em virtude da abertura de processo administrativo contra ele.
- (B) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (C) A pedido do chefe do Poder Executivo.
- (D) Por determinação do chefe da Secretaria à qual ele está vinculado.
- (E) Mediante instauração de Processo Criminal contra ele.

Questão 15

Segundo a Lei Complementar n.º 39/2012, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Camboriú, na hipótese de acumulação legal de cargos públicos previsto constitucionalmente, o estágio probatório:

- (A) Será cumprido de forma vinculada, ou seja, as práticas de um cargo valerão para a avaliação do outro.
- (B) Será dispensado para os dois cargos ocupados pelo servidor nomeado.
- (C) Será dispensada para o cargo de nomeação mais recente.
- (D) Será cumprido em apenas um dos dois cargos, com validade para os dois cargos ocupados pelo servidor nomeado.
- (E) Será cumprido independentemente, em relação a cada um dos cargos ocupados pelo servidor nomeado.

Questão 16

A Lei Complementar n.º 39/2012, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Camboriú, determina que as funções gratificadas, a serem exercidas exclusivamente por servidores do quadro permanente, assim como os cargos em comissão, destinam-se às competências de:

- (A) Direção, chefia e assessoramento.
- (B) Direção, coordenação e chefia.
- (C) Chefia, direção e apoio.
- (D) Apoio, direção e coordenação.
- (E) Apoio, chefia e assessoramento.

Questão 17

Conforme a Lei Complementar n.º 39/2012, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Camboriú, o efetivo cumprimento das competências inerentes ao cargo ou função gratificada é chamado de:

- (A) Nomeação.
- (B) Remoção.
- (C) Posse.
- (D) Exoneração.
- (E) Exercício.

Questão 18

"Em novembro de 2018, uma nave espacial pousou na superfície gélida e empoeirada de Marte para examinar o planeta. Conhecido como módulo de aterrissagem InSight, o robô geólogo recentemente transmitiu algumas de suas primeiras constatações à Terra, deixando cientistas eufóricos e perplexos em todo o mundo". Entre essas curiosidades está:

Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2020/12/1>

0-descobertas-cientificas-incriveis-que-passaram-despercebidas-em-2020

- (A) Um sítio arqueológico.
- (B) Elementos e sinais da existência de seres vivos no planeta.
- (C) Crateras cheias de água quente.
- (D) Um zumbido constante e sereno, que aparenta pulsar ao som de maremotos que acontecem no planeta.
- (E) Algumas regiões onde a gravidade é semelhante à da Terra.

Questão 19

A quinta geração de rede de internet móvel, chamada de 5G, chega ao Brasil para dar maior alcance e velocidade ao serviço oferecido e traz consigo a promessa de uma grande revolução na vida pessoal, social e profissional de todos. Um dos pontos de maior destaque é a ampliação do acesso a ferramentas que possibilitam a integração de um maior número de equipamentos domésticos através de sensores e comando de voz. O conceito que abrange esse recurso está sendo chamado de:

- (A) Internet dinâmica.
- (B) Internet das coisas.
- (C) Internet das casas.
- (D) Internet pessoal.
- (E) Internet doméstica.

Questão 20

A diversidade cultural brasileira é originária de um povo também diverso, que carrega os costumes de seus ancestrais, com manifestações que passam por todos os campos das artes, mas o acesso a alguns deles não é tão fácil para grande parte da população, por isso destacam-se como principais meios de conhecimento de algum tipo de arte no Brasil:

- (A) As exposições e a televisão.
- (B) Os museus e a televisão.
- (C) A televisão e o cinema.
- (D) O cinema e os museus.
- (E) O teatro e os museus.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

Um aluno debatia com seu professor sobre a falta de ética dos políticos corruptos e defendia seu ponto de vista baseado no fato de que o desvio de verba pública, ou seu emprego de forma inadequada, tira da sociedade uma benfeitoria que poderia ser feita a seu favor. Ao fim da aula, o professor procurou o aluno e disse que estava com fome, mas não tinha lanche nem dinheiro para comprar um, mas tinha um bombom e, caso o estudante pegasse um prato da merenda escolar escondido, pois a comida era só para os alunos, e lhe desse, ganharia o bombom. Considerando que o aluno aceitou a proposta, podemos afirmar que:

- (A) O aluno e o professor foram antiéticos, por negociar um bem público em troca de benefícios pessoais.
- (B) Apenas o aluno foi antiético, pois o professor queria apenas comer, enquanto que o aluno trocou um bem público por algo que lhe favorecia pessoalmente.
- (C) Nenhum dos dois foi antiético, pois a partir do momento que foi comprada com o dinheiro público, a comida passa a ser de todos os cidadãos.
- (D) Nenhum dos dois foi antiético, pois havia uma causa maior, que era o fato de alimentar uma pessoa que estava com fome.
- (E) Apenas o professor foi antiético, pois em sua função exerce poder de persuasão sobre o aluno que, compadecido com a situação do professor, não poderia agir de outra forma.

Questão 22

Estabelecer relações interpessoais harmoniosas parece uma tarefa simples, mas não é assim para muitas pessoas. Dependendo do contexto e dos desafios que representa, pode ser difícil agir de forma coerente diante de determinadas situações. Por isso, é preciso entender que tais habilidades podem ser conquistadas por meio de práticas, como, por exemplo:

- (A) Deixar claro qual é a sua personalidade para que as outras pessoas evitem o conflito.
- (B) Fazer cursos ou assistir a palestras sobre o tema, estabelecendo metas de aprendizado e melhorias pessoais.
- (C) Manter distância de momentos recreativos para evitar que os colegas se aproximem demais.
- (D) Realizar suas atividades de maneira eficiente, a fim de evitar a necessidade de desenvolver trabalhos em equipe.
- (E) Estudar o comportamento humano para entender como determinadas pessoas reagem diante de situações desafiadoras, podendo, então, evitar a convivência com essas pessoas.

Questão 23

A denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal pela Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal.

Levando em conta as disposições dessa Lei, assinale a alternativa correta:

- (A) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Em relação à renúncia de receita, esta compreende, dentre outros, a anistia, a remissão e o subsídio.
- (B) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência. Essa diretriz se aplica às alterações das alíquotas de todos os impostos brasileiros.
- (C) A renúncia compreende o crédito presumido e o subsídio, mas não pode ser realizada por meio de concessão de isenção em caráter não geral por força do princípio da isonomia tributária.
- (D) Não é um requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação, já que não é possível prever nem estipular, de antemão, a arrecadação de impostos e tributos em geral.
- (E) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas. Entretanto, esse aumento de receita não pode ser implementado mediante a ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, em virtude do princípio da legalidade tributária estrita.

Questão 24

Analise as seguintes assertivas:

São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais:

I-Captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição, mesmo que o gerador ainda já tenha ocorrido.

II-Contrair empréstimo, emitir apólices ou obrigar o Município por títulos de crédito, ainda que mediante autorização da Câmara de Vereadores.

III-Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos, subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título.

IV-Ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes.

Observando os termos do Decreto-Lei nº. 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, assinale a alternativa que contém as assertivas corretas:

- (A) II e III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 25

Considere a seguinte narrativa hipotética:

Pedro propôs uma ação judicial contra Alberto, que segue o procedimento comum, na qual pediu tutela provisória da urgência. Juiz, após analisar a petição inicial, deferiu a tutela da urgência pedida por Pedro e impôs uma obrigação de fazer contra Alberto, assinalando prazo de 5 dias para cumprimento. Alberto, por seu Advogado, opôs recurso de embargos de declaração contra a decisão, sob o fundamento de que a decisão foi omissa, pois teria se limitado à indicação de dispositivo da lei sem explicar sua relação com a causa.

Levando em conta as disposições do Código de Processo Civil e a narrativa apresentada, assinale a alternativa correta:

- (A) A hipótese de cabimento dos embargos de Alberto possui fundamento legal, mas a eficácia da decisão embargada somente poderá ser suspensa pelo respectivo juiz se demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- (B) Como os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo, o prazo para o cumprimento da obrigação de fazer que consta na decisão embargada não é alterado pela oposição do recurso de Alberto.
- (C) Aos embargos de declaração, não pode ser atribuído efeito suspensivo em hipótese alguma, mas a hipótese de cabimento do recurso de Alberto possui fundamento legal.
- (D) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos contra a decisão embargada e suspendem o prazo para o cumprimento da tutela da urgência imposta pelo Juiz da causa.
- (E) A hipótese de cabimento dos embargos de Alberto não possui fundamento legal, já que não é juridicamente possível relacionar a omissão da decisão embargada a um elemento externo, como a Lei.

Questão 26

Leia o seguinte excerto doutrinário, sobre os poderes da Administração Pública:

"Quando nos referimos a Poderes da Administração, estamos tratando de mais uma prerrogativa conferida a esta para conseguir atingir sua finalidade precípua, qual seja: a satisfação do interesse público. Assim, os poderes conferidos pela lei à Administração são verdadeiros instrumentos utilizados para tutelar o interesse público e colocá-lo em posição de supremacia em relação aos interesses particulares. São verdadeiros deveres, poderes-deveres ou deveres-poderes, em razão da ausência de uma faculdade e sim presença da obrigatoriedade de proteger o interesse público" (ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. Manual de direito administrativo. 4. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 recurso online, p. 83).

Assinale a alternativa correta, relacionada ao poder regulamentar e ao poder de polícia da Administração Pública:

- (A) O poder regulamentar é a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente. Ou seja, o poder regulamentar é a atividade da Administração de restringir ou condicionar o exercício de direitos individuais, como a liberdade e a propriedade, em benefício da coletividade.
- (B) São atributos do poder de polícia a autoexecutoriedade e a coercibilidade, mas não a discricionariedade, já que não se admite a prática discricionária de atos administrativos relacionados a esse poder em hipótese alguma.
- (C) O poder regulamentar é aquele conferido ao Chefe do Poder Executivo (da União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para editar normas gerais e complementares à lei, visando sua fiel execução, por meio da edição, por exemplo, de decretos e regulamentos.
- (D) Com base no poder regulamentar, o Presidente da República poderá expedir decretos autônomos/independentes, quando pretender dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Federal, desde que não exista lei anterior regulando a matéria. E somente nesse caso, esse decreto autônomo poderia criar ou extinguir órgãos públicos.
- (E) O poder de polícia é aquele poder-dever da Administração, utilizado pelo Chefe do Poder Executivo (da União, Estados, Distrito Federal e Municípios), de explicitar o teor das leis, preparando sua execução, completando-as, se for o caso, por meio de decretos e regulamentos.

Questão 27

Considere a seguinte narrativa hipotética:

Cento e cinquenta servidores públicos municipais do Município de Esperança Cumprida propuseram, em litisconsórcio ativo, uma ação condenatória contra o Município pedindo o pagamento de diferenças salariais relativas a reajustes concedidos há alguns anos, que não teriam sido repassados aos funcionários.

No prazo para a contestação, o Município requereu a limitação do litisconsórcio, já que a contestação exigiria a análise da situação funcional individual de cada um dos servidores-autores.

O Juiz condutor do feito deferiu o requerimento feito pelo Município-réu sob dois fundamentos: a elevada quantidade de autores poderia comprometer a rápida solução do litígio e ainda dificultar a defesa.

Levando em conta as disposições do Código de Processo Civil sobre o litisconsórcio e a narrativa apresentada, assinale a alternativa correta:

- (A) A limitação do litisconsórcio somente é cabível na fase de conhecimento e o requerimento formulado pelo réu interrompe o prazo para a apresentação da defesa. Além disso, os fundamentos da decisão possuem amparo legal.
- (B) A limitação do litisconsórcio somente é cabível no litisconsórcio facultativo e o requerimento formulado pelo réu não terá influência no prazo para a apresentação da defesa, sendo que o respectivo requerimento deverá ser formulado como preliminar de contestação. Além disso, os fundamentos da decisão não possuem amparo legal.
- (C) A limitação do litisconsórcio somente não é cabível nessa narrativa hipotética, já que se trata de litisconsórcio necessário pela comunhão de interesses entre os litigantes. Além disso, o único fundamento da decisão que possui amparo legal é a possível dificuldade para a defesa.
- (D) A limitação do litisconsórcio somente é cabível no litisconsórcio facultativo e o requerimento formulado pelo réu interrompe o prazo para a apresentação de defesa. Além disso, os fundamentos da decisão possuem amparo legal.
- (E) A limitação do litisconsórcio é cabível no litisconsórcio facultativo e no necessário e o requerimento formulado pelo réu interrompe o prazo para a apresentação da defesa. Além disso, o único fundamento da decisão que possui amparo legal é o possível comprometimento da rápida solução do litígio.

Questão 28

Sobre a modalidade de licitação denominada diálogo competitivo, regulada pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº. 14.133/2021), assinale a alternativa correta de acordo com as disposições legais:

- (A) No diálogo competitivo, a Administração não poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento. Pelas mesmas razões, as reuniões com os licitantes pré-selecionados não poderão ser registradas em ata nem gravadas em áudio e vídeo.
- (B) É uma modalidade de licitação que tem por intuito desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às necessidades da Administração, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos, e é cabível em qualquer tipo ou objeto de contratação pela Administração.
- (C) No diálogo competitivo, a Administração poderá solicitar esclarecimentos ou ajustes às propostas apresentadas, ainda que impliquem discriminação e distorçam a concorrência entre as propostas, dada a especificidade da contratação. O procedimento será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos três servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.
- (D) No diálogo competitivo, que se aplica à contratação de obras, serviços e compras para a Administração Pública, são realizados diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos. Esses critérios, empregados para pré-seleção dos licitantes, deverão ser previstos em edital, e serão admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos. Por essa razão, é lícita a inclusão, no edital, de cláusulas que impliquem vantagem a licitantes específicos, dada a especificidade da contratação.
- (E) É uma modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos e é restrita às hipóteses previstas na Lei como, por exemplo, contratações em que a Administração, diante da impossibilidade de definir com precisão suficiente as especificações técnicas e de ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado, vise a contratar objeto que envolva inovação tecnológica ou técnica.

Questão 29

Sobre o mandado de segurança no processo do trabalho, assinale a alternativa correta:

- (A) O mandado de segurança poderá ser impetrado perante o juízo de primeiro grau quando em face de ato ilegal ou abusivo na fiscalização do trabalho.
- (B) No processo do trabalho, o mandado de segurança deve ser impetrado perante o Tribunal Regional do Trabalho ou perante o Tribunal Superior do Trabalho, não existindo situação que comporte o cabimento de mandado de segurança em primeiro grau de jurisdição.
- (C) Dada a gravidade do ato coator, é cabível mandado de segurança contra decisão judicial passível de reforma mediante recurso próprio, ainda que com efeito diferido.
- (D) Esgotadas as vias recursais existentes no processo, não cabe mandado de segurança. Entretanto, é cabível mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.
- (E) Ao Tribunal Superior do Trabalho compete apreciar, originariamente, mandado de segurança impetrado em face de decisão do Tribunal Regional do Trabalho.

Questão 30

Leia o seguinte excerto doutrinário, sobre a dação em pagamento:

"Dação em pagamento é negócio jurídico bilateral, pelo qual o devedor cumpre a obrigação com prestação diversa da originalmente assumida. O adimplemento se faz com objeto diferente do estabelecido no ato negocial, mas com a concordância do credor. Dação é vocábulo originário do latim *datio*, *dationis*, com o significado de entrega, enquanto o substantivo provém do verbo *dare*, equivalente a dar, na língua portuguesa. [...] O núcleo conceitual do instituto, ora em estudo, forma-se pelo cumprimento da obrigação, alterada pela substituição da res debita convencionada, mediante anuência do credor. Deste enunciado, destacam-se três requisitos: a) cumprimento da obrigação; b) substituição do objeto da prestação; c) consentimento do credor." (NADER, Paulo. Curso de Direito Civil - Vol. 2 - Obrigações. Grupo GEN, 2019. E-book, p. 366-368).

Levando em conta as disposições do Código Civil e o excerto apresentado, assinale a alternativa correta:

- (A) A dação em pagamento, ao contrário dos demais negócios jurídicos, não pode ser anulada quando realizada com vício social ou de consentimento justamente porque pressupõe o consentimento do credor, a substituição do objeto da prestação e o cumprimento da obrigação.
- (B) Ainda que o credor seja evicto da coisa recebida em pagamento, a quitação dada pela dação em pagamento permanecerá válida e eficaz.
- (C) O valor do bem dado em pagamento nunca poderá exceder o valor da obrigação a ser quitada.
- (D) O consentimento do credor é um requisito fundamental da dação em pagamento voluntária, mas pode ser suprido por meio de ação judicial específica para que o devedor obtenha esse direito.
- (E) A dação em pagamento, a exemplo dos demais negócios jurídicos, pode ser anulada quando realizada com vício social ou de consentimento.

Questão 31

A Administração Pública pediu a emissão de um parecer ao Advogado do Município para solucionar dúvidas envolvendo a contratação de um sistema de tecnologia da informação, de forma continuada, para gerenciar as folhas de pagamento dos servidores, à luz da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº. 14.133/2021). A primeira dúvida é se essa Lei se aplica aos Municípios e a esse objeto contratual; a segunda dúvida é sobre o prazo máximo de vigência desse contrato; a terceira, sobre o critério de julgamento aplicável às propostas. Assinale a alternativa que contém, na ordem correta, as respostas das dúvidas da Administração, levando em consideração as disposições na Lei nº. 14.133/2021:

- (A) A Lei de Licitações e Contratos Administrativos é aplicável aos Municípios e ao objeto do contrato; o prazo máximo de vigência desse contrato é de 15 anos; o critério de julgamento é o da técnica e preço.
- (B) A Lei de Licitações e Contratos Administrativos é aplicável aos Municípios e ao objeto do contrato; o prazo máximo de vigência desse contrato é de 10 anos; o critério de julgamento é o do menor preço.
- (C) A Lei de Licitações e Contratos Administrativos é aplicável aos Municípios e ao objeto do contrato; não há previsão de prazo máximo de vigência desse contrato; o critério de julgamento é o da melhor técnica.
- (D) A Lei de Licitações e Contratos Administrativos é aplicável aos Municípios e ao objeto do contrato; o prazo máximo de vigência desse contrato é de 10 anos; o critério de julgamento é o da técnica e preço.
- (E) A Lei de Licitações e Contratos Administrativos é aplicável aos Municípios e ao objeto do contrato; não há previsão de prazo máximo de vigência desse contrato; o critério de julgamento é o melhor preço.

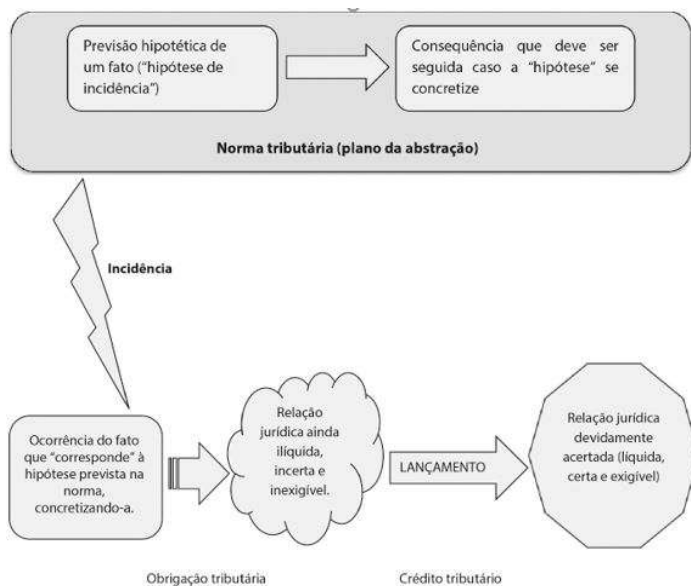
Questão 32

De acordo com os termos da denominada Lei Anticorrupção (Lei Federal nº. 12.846/2013, de 01 de agosto de 2013), assinale a alternativa correta:

- (A) A Lei Anticorrupção prevê que a responsabilização da pessoa jurídica não excluirá a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito. A Lei estabelece também que sua aplicação se restringe às sociedades empresárias e às sociedades simples personificadas, sendo que as sociedades simples não personificadas, por possuírem regramento próprio, não estão sujeitas às sanções da Lei Anticorrupção.
- (B) A Lei Anticorrupção aplica-se às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- (C) Para a Lei Anticorrupção, constituem atos lesivos à administração pública prometer, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, e comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei. Esses atos constituem infrações de natureza administrativa e, uma vez caracterizados em procedimento que deverá observar o contraditório e a ampla defesa, na esfera administrativa, a responsabilização da pessoa jurídica afastará a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- (D) Na responsabilização administrativa prevista na Lei Anticorrupção, não serão levados em consideração, na aplicação das sanções, o grau de lesão ou perigo de lesão, nem o efeito negativo produzido pela infração, já que se está diante de responsabilização objetiva e cogente.
- (E) Para a Lei Anticorrupção, constituem atos lesivos à administração pública todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas que atentem contra o patrimônio público nacional ou contra princípios da administração pública. A Lei Anticorrupção disciplina a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional, mas não contra a administração estrangeira, que é regida por Lei própria.

Questão 33

Considere o seguinte fluxograma sobre o crédito tributário e a obrigação tributária:



(fonte: MACHADO SEGUNDO, Hugo De Brito. Manual de Direito Tributário. Grupo GEN, 2019. E-book, p. 127).

Considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre a obrigação e o crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- (A) O objetivo das obrigações tributárias de fazer ou tolerar (como, por exemplo, emitir notas fiscais, escriturar operações, elaborar declarações etc.) é possibilitar o controle, pelo Poder Público, sobre a arrecadação e a fiscalização dos tributos. Essas obrigações principais, pelo simples fato da sua inobservância, convertem-se em obrigações secundárias em favor do Fisco relativamente à penalidade pecuniária imposta.
- (B) A obrigação tributária principal pode ser uma obrigação de dar dinheiro, pagar, de fazer, não fazer ou tolerar (emitir notas fiscais, escriturar operações, elaborar declarações etc.), sendo que a obrigação acessória é a multa decorrente do descumprimento da obrigação tributária principal. Ambas são constituídas pelo lançamento tributário.
- (C) As obrigações tributárias podem ser principais ou acessórias. Considerando a divisão que o Código Tributário Nacional estabelece entre obrigação tributária e crédito tributário, não se pode dizer que, em face tão somente do surgimento da obrigação, o Fisco possa desde logo receber o tributo (ou a multa) correspondente. Será necessário efetuar, ainda, o lançamento.
- (D) A obrigação tributária acessória, ou seja, a multa pecuniária que advém do descumprimento da

obrigação tributária principal somente pode ser cobrada após o procedimento do lançamento, que constitui o crédito tributário. Antes dele, a obrigação tributária é ainda ilíquida e não exigível. É por meio do lançamento que se submete a obrigação a um accertamento, surgindo, então, o crédito tributário.

- (E) A obrigação acessória, ou seja, a multa pecuniária que advém do descumprimento da obrigação tributária principal nunca perderá sua natureza acessória e poderá ser executada mediante o procedimento da Execução Fiscal, após o procedimento do lançamento tributário.

Questão 34

Considerando a disciplina do Código Civil sobre as pessoas jurídicas, analise as seguintes assertivas:

I-Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.

II-Constitui desvio de finalidade, apto a caracterizar a desconsideração da personalidade jurídica, a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

III-Entende-se por confusão patrimonial, para fins de desconsideração da personalidade jurídica, a ausência de separação de fato entre os patrimônios como, por exemplo, o cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.

IV-A transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, ainda que sejam de valor proporcionalmente insignificante, é um exemplo de confusão patrimonial para fins de desconsideração da personalidade jurídica.

Assinale a alternativa que contém as assertivas corretas:

- (A) I e III, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I, II, III e IV.
(D) II e IV, apenas.
(E) I, III e IV, apenas.

Questão 35

A edição de atos normativos primários, que instituem direitos e criam obrigações, é função típica do Poder Legislativo. Nesse contexto, o processo legislativo tem início quando alguém ou algum ente toma a iniciativa de apresentar uma proposta de criação de novo direito. Para a doutrina, a iniciativa é dita comum (ou concorrente) se a proposição normativa puder ser apresentada por qualquer membro do Congresso Nacional ou por comissão de qualquer de suas Casas, bem assim pelo Presidente da República, e, ainda, pelos cidadãos, no caso da iniciativa popular (Constituição Federal, art. 61, §2º). A iniciativa é comum para as proposições em que o constituinte não tenha restringido o âmbito da sua titularidade. (MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gonet. Curso de direito constitucional.15. São Paulo : Saraiva, 2020. 1 recurso online. IDP. P. 1.011-1.012).

Sobre os Municípios e o processo legislativo, assinale a alternativa correta, considerando as disposições da Constituição Federal:

- (A) O processo legislativo abrange a elaboração de espécies normativas como leis delegadas, leis complementares e decretos legislativos. As medidas provisórias, que são atos privativos dos Chefes do Executivo, não se submetem ao processo legislativo, pois possuem regramento próprio.
- (B) O processo legislativo compreende a elaboração, por exemplo, de resoluções, decretos legislativos e medidas provisórias. No âmbito municipal, a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, exige a manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
- (C) O processo legislativo compreende a elaboração de leis delegadas, resoluções e medidas provisórias. Na esfera municipal, o processo legislativo de iniciativa popular, que não tem previsão constitucional, é regulamentado pelos Estados para não afetar a prática e a função legislativa no Parlamento municipal.
- (D) O processo legislativo abrange a elaboração de espécies normativas, tais como emendas à Constituição, leis complementares e leis ordinárias. A iniciativa popular do processo legislativo se aplica somente às esferas federal e estadual. Nos Municípios, que são regidos por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, não existe previsão legal para a iniciativa popular de projetos de lei.
- (E) O processo legislativo compreende a elaboração, por exemplo, de leis ordinárias, resoluções e medidas provisórias. No âmbito municipal, a lei orgânica deve ser votada em dois turnos, e os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais são fixados por lei de iniciativa do Prefeito

municipal que tramitará na Câmara de Vereadores.

Questão 36

Considere a seguinte narrativa hipotética:

João e Maria são casados há 15 anos e possuem dois filhos, residindo desde o início da união no mesmo imóvel que foi adquirido em conjunto pelos cônjuges e se encontra registrado em nome de ambos. Numa noite do ano de 2022, depois de uma discussão corriqueira sobre quem deveria lavar a louça do jantar, João arrumou suas roupas numa mala e saiu de casa, deixando o núcleo familiar à própria sorte e passando a ignorar as despesas comuns, como, por exemplo, os custos com colégio dos filhos e sua alimentação e vestimenta. Maria continuou residindo no imóvel com os dois filhos do casal.

Levando em conta as disposições do Código Civil e a narrativa apresentado, assinale a alternativa correta:

- (A) Maria poderá adquirir o domínio, por meio da usucapião, da metade do imóvel pertencente ao ex-cônjuge desde que, cumulativamente, não seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural, exerça a posse direta e exclusiva do bem por 2 anos ininterruptamente e sem oposição, e que o imóvel seja urbano e de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).
- (B) Caso o imóvel seja um apartamento situado na área urbana com 300m² (trezentos metros quadrados), Maria poderá pedir a usucapião da metade do imóvel pertencente ao ex-cônjuge, desde que atenda aos demais requisitos legais.
- (C) Maria poderá adquirir o domínio integral do imóvel, por meio da usucapião, pertencente ao ex-cônjuge desde que, cumulativamente, exerça a posse direta e exclusiva do bem por 2 anos, e que o imóvel seja urbano e de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), ainda que seja proprietária de outro imóvel rural.
- (D) Maria somente poderá pedir a usucapião do imóvel se o possuir, nessas condições, por prazo não inferior a 10 anos.
- (E) Maria poderá adquirir o domínio, por meio da usucapião, da metade do imóvel pertencente ao ex-cônjuge desde que, cumulativamente, não seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural, exerça a posse direta e exclusiva do bem por 5 anos ininterruptamente e sem oposição, e que o imóvel seja urbano e de até 300m² (trezentos metros quadrados).

Questão 37

Levando em conta as disposições do Código de Processo sobre a competência, assinale a alternativa correta:

- (A) Caso o Estado seja o demandado, a ação poderá ser proposta na sua capital.
- (B) Caso o Estado seja o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, mas nunca no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda por se tratar de competência absoluta.
- (C) A ação em que for ré pessoa jurídica sempre deverá ser proposta onde está a sua sede.
- (D) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro da situação da coisa.
- (E) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis, o autor sempre poderá optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição.

Questão 38

Levando em conta as disposições do Código de Processo Civil sobre as nulidades processuais, assinale a alternativa correta:

- (A) Ainda que possa decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz deverá invalidar o ato processual ou, conforme o caso, determinar a sua repetição.
- (B) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes, sejam dependentes dele ou não.
- (C) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida por qualquer das partes, ainda que essa tenha dado causa à nulidade.
- (D) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, ainda que se trate de nulidades que o juiz deva decretar de ofício.
- (E) Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

Questão 39

Considerando as regras constitucionais sobre os Municípios, e ainda o texto da Constituição Federal, analise as seguintes assertivas:

I-Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei. O Distrito Federal, por lei distrital específica, pode se dividir em Municípios.

II-Compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental. Sobre a fiscalização dos Municípios, as suas contas ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

III-Compete aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. Em relação à fiscalização do Município, o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

IV-Compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial, razão pela qual, atendidos os requisitos legais, é permitida atualmente a criação de Tribunal de Contas Municipal, mediante edição de lei municipal específica para tanto.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

Questão 40

Sobre o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, disciplinado pela CLT e pela Lei nº. 13.467/2017 (Lei da Reforma Trabalhista), assinale a alternativa correta:

- (A) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica não é aplicável ao processo do trabalho, diante da existência de previsão legal expressa nesse sentido.
- (B) A instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho suspenderá o processo, mas não impedirá, em tese, a concessão da tutela de urgência de natureza cautelar.
- (C) Da decisão interlocutória que julga o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho cabe recurso de agravo de petição caso a decisão tenha sido proferida na fase de conhecimento.
- (D) Caso o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho tenha sido instaurado originariamente no Tribunal Regional do Trabalho, a decisão do relator que o julgar será irrecurável de imediato.
- (E) A decisão interlocutória que julga o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho, somente é recorrível caso o incidente seja acolhido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N. 001/2022

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E

INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar da Prova Objetiva serão divulgados até às **20h do dia 05 de setembro de 2022**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br/>, link Prefeitura Municipal de Camboriú – Concurso Público - Edital N. 001/2022.

Camboriú, 04 de setembro de 2022.